



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

ANA CAROLINA DE OLIVEIRA VELOSO

**OS REFLEXOS DA LEI 10.639/3 NOS ALUNOS DE UM COLÉGIO
DE ENSINO MÉDIO EM SÃO FRANCISCO DO CONDE – BA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

ANA CAROLINA DE OLIVEIRA VELOSO

**OS REFLEXOS DA LEI 10.639/3 NOS ALUNOS DE UM COLÉGIO DE ENSINO
MÉDIO EM SÃO FRANCISCO DO CONDE – BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira para a obtenção do título de bacharel em
Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
1.1	O MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO E A EDUCAÇÃO	4
1.2	DE REIVINDICAÇÃO A POLÍTICA DE ESTADO	5
1.3	DESENHANDO UMA PESQUISA	7
2	JUSTIFICATIVA	8
3	OBJETIVOS	9
3.1	GERAL	9
3.2	ESPECÍFICOS	9
4	METODOLOGIA	9
5	CRONOGRAMA	11
	REFERÊNCIAS	12
	APÊNDICE	14

1 INTRODUÇÃO

1.1. O MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO E A EDUCAÇÃO

Para compreender e contextualizar a Lei 10.639 se faz indispensável conhecer a história do movimento negro no Brasil republicano. Pereira (2011) relata as três diferentes fases do Movimento Negro, identificadas por Amauri Mendes Pereira (2008) e Petrônio Domingues (2007):

a primeira, do início do século até o Golpe do Estado Novo, em 1937; a segunda, do período que vai do processo de redemocratização, em meados dos anos 1940, até o Golpe militar de 1964; e a terceira, o movimento negro contemporâneo, que surge na década de 1970 e ganha impulso após o início do processo de Abertura política, em 1974 (PEREIRA, 2011, p. 31).

Trazendo a demanda para a área da educação brasileira, Ivan Costa Lima em sua pesquisa de mestrado, enumera as contribuições do Movimento Negro para a educação brasileira, referidas por Nilma Lino Gomes (1997):

A primeira contribuição refere-se à denúncia de que a escola reproduz o racismo presente na sociedade. A segunda contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro refere-se à ênfase no processo de resistência negra. A terceira contribuição refere-se à centralidade da cultura. A quarta contribuição diz respeito à existência de diferentes identidades, discutindo o caráter homogeneizador da escola brasileira (LIMA, 2008, p. 4).

Todas essas contribuições, que hoje estão presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), assim como nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, possuem respaldo legal e “representam uma vontade de democratização e correção de desigualdades históricas na sociedade brasileira” (ABREU; MATTOS, 2008, p. 6).

Essas desigualdades históricas impulsionaram os negros para as margens da construção do caráter brasileiro, tendo sua atuação e importância na formação nacional sufocada e menosprezada. Esta marginalidade social vem sendo pauta do Movimento Negro desde o início do século XX, sendo que neste período o movimento via no acesso à educação formal um caminho para a ascensão social, principalmente por conta do processo de modernização, pelo qual a sociedade brasileira vinha passando (SANTOS, 2005). Com o passar das décadas, tornou-se evidente que não basta o acesso à educação formal, tal como está se apresentava,

fazendo-se necessária uma reestruturação do próprio sistema educacional. Antes da Constituição 88 não havia a obrigatoriedade legal de trabalhar, nas salas de aula, as outras matrizes civilizacionais constituintes da sociedade brasileira (indígena, africana e asiática); com isto a educação formal e um caráter eurocêntrico, ou seja, toda a estrutura curricular educacional estava centralizada no continente europeu e no protagonismo social, político, econômico e cultural da parcela da população brasileira que se identifica como descendente de europeus.

É a partir desta percepção que o Movimento Negro, além de lutar pelo acesso à educação formal de qualidade, insere como reivindicação a representatividade da história dos negros africanos e afro-brasileiros nos currículos escolares oficiais. A reivindicação desta pauta já começa a apresentar resultados nas duas últimas décadas do século XX, através de leis orgânicas, municipais e estaduais, como por exemplo em Salvador; Belo Horizonte, Teresina; Rio de Janeiro etc. (SANTOS, 2005). Posteriormente, tomou força nacional por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais, na qual se insere o contexto da Lei 10.639/03.

1.2 DE REIVINDICAÇÃO A POLÍTICA DE ESTADO

A Lei 10.639/03, primeiro diploma legal a ser sancionado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, em seus primeiros dias de mandato, “estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica” (CNE/CP, Parecer nº 003/2004, de 10 de março de 2004), incluindo dois artigos (26-A e 79-B) na Lei nº 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada durante o mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Esses novos artigos da lei orgânica do sistema educacional brasileiro “asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros” (CNE/CP, Parecer nº 003/2004, de 10 de março de 2004), em conformidade com o disposto na Constituição Federal, nos seus artigos 5º, inciso I, 210, 206, inciso I, 242 § 1º, 215 e 216. Segundo Abreu e Mattos (2008), o fato de ambas as leis serem sancionadas em governos de orientação política distintas deixa explícito que não é mais possível pensar o Brasil e sua construção sem discutir as questões raciais. Estas conquistas mostram os primeiros sinais da mudança do papel político e social ocupado pela população negra durante todo o século XX, que hoje tem uma representatividade com maior presença nestes setores, mesmo que ainda tímida, comparada com a população de matriz europeia.

Ao completar 16 anos, a Lei nº 10.639/03 é ainda tratada com irrelevância por pessoas que acreditam no “mito da democracia racial”, ou seja, que negam o racismo presente na sociedade brasileira (GOMES, 2005; MUNAGA, 2005). A lei em questão engloba temáticas de enorme complexidade, pois ela não tem como objetivo apenas garantir o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira (o que por si só já não é uma tarefa fácil), mas pretende trabalhar com a formação e reconhecimento da identidade dos negros africanos e afro-brasileiros.

São diversos os empecilhos que podemos apontar na implantação da Lei nº 10.639/03. Alguns pesquisadores acreditam que esses empecilhos se fazem presentes, em grande medida, pelo fato da tarefa de implantação se dar em um “sistema educacional com bases ideológicas racistas” (ALMEIDA; SANCHEZ, 2017). É justamente pelo fato de a educação estar baseada em pressupostos racistas que o papel da escola se torna indispensável para o cumprimento dos objetivos da lei. Gomes (2005) afirma “que a educação é um processo amplo e complexo de construção de saberes culturais e sociais que fazem parte do acontecer humano”; com isto podemos dizer que a escola é um dos espaços educacionais onde o indivíduo formula seu caráter social. Com uma instituição educacional que valorize as identidades étnico-racial, a educação:

[...] poderá produzir reflexos nas relações sociais vividas por indivíduos formados a partir de novos olhares e posturas diante do conhecimento e da apropriação de valores e atitudes pautados na igualdade de direitos e no respeito às diferenças, capacitados para intervir no mundo e transformá-lo (ALMEIDA; SANCHEZ, 2017).

No decorrer destes 16 anos tivemos diversas políticas públicas voltadas para a implantação da Lei 10.639/03, que Almeida e Sanchez (2017) organizam em quatro eixos: regulamentação, formação, material e articulação. No primeiro, referente à regulamentação, estão incluídas a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a homologação do Parecer nº 3/2004 do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, e a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. No segundo, que se volta para a formação, estão contempladas “políticas ligadas à promoção de formação de professores e profissionais do ensino”, em que se destaca a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). O terceiro eixo, que diz respeito aos recursos materiais, englobam iniciativas voltadas para a produção e a distribuição de materiais didáticos e paradidáticos, bem como de materiais de apoio para os docentes. Finalmente, no eixo referente à articulação, podem ser contatadas as “políticas que promoveram espaços de troca de conhecimentos, de experiências

e de construção coletiva de estratégias para a implementação da Lei 10.639/2003” (ALMEIDA; SANCHEZ, 2017).

Levando em consideração o tempo desde a aprovação da lei, os estudos para identificar os percalços para sua implantação e as políticas públicas criadas em busca de superar esses percalços, acredito que seja possível iniciar um estudo sobre os reflexos da lei, usando como objeto a percepção de alunas e alunos de uma escola de ensino médio em São Francisco do Conde, sobre a temática da história e da cultura africana e afro-brasileira. A pesquisa aqui proposta busca compreender por quais meios processuais (oficinas, disciplinas complementares, espaços específicos nas disciplinas já existentes etc.), as alunas e os alunos do Colégio Estadual Martinho Salles Brasil, uma escola de ensino médio no município baiano de São Francisco do Conde, têm acesso à temática proposta pela Lei nº 10.639/03. Procura-se também identificar quais recortes da temática abordada na lei vêm sendo trabalhados em sala de aula, e com qual perspectiva.

1.3 DESENHANDO UMA PESQUISA

Segundo o IBGE, estima-se que São Francisco do Conde possuía no ano de 2018 39.338 habitantes, tendo por território 269,609km². O município é, desde 1960, dividido em três unidades administrativas: a sede e os distritos de Mataripe e Monte Recôncavo (ALENCAR, 2013). A cidade possui dois colégios estaduais: o Colégio Estadual Anna Junqueira Ayres Tourinho, que fica localizado no distrito de Mataripe, mais precisamente no bairro Caípe de Baixo, que atende alunos das localidades do distrito de Mataripe; e o Colégio Estadual Martinho Salles Brasil, localizado na sede, no Centro, que atende alunos dos bairros próximos e do distrito Monte Recôncavo.

Para aplicar a pesquisa tomei por escolha o Colégio Estadual Martinho Salles Brasil. O colégio tem atividades nos 3 turnos – matutino e vespertino em séries regulares, e noturno atua como supletivo em dois Eixos divididos em dois anos: eixo VI, que engloba as matérias que correspondem às áreas de Ciências Humanas (história, geografia, sociologia e filosofia) e Linguagem (inglês ou espanhol, artes, língua portuguesa brasileira e educação física); e eixo VII, que engloba as matérias da área de Ciências Exatas e da Natureza (matemática, física química e biologia). Na coleta de dados, feita no dia 20 de março do ano corrente, a escola possui 1.348 alunos matriculados (459 no matutino; 397 no vespertino; 492 no noturno). Pretendo trabalhar com os alunos do terceiro ano, dos turnos matutino e vespertino em sistema regular, que na data da coleta de dados contava com 154 alunos matriculados, tendo sua faixa

de idade entre 17 e 19 anos em sua maioria. A partir de minha experiência como exaluna deste colégio, os alunos são quase todos municipais, em sua maioria negros, de renda baixa ou média-baixa. Pretendo verificar esses dados ao longo da pesquisa, já que na coleta de dados feita junto à gestão escolar não tive acesso a informações desta esfera.

O que me levou a trabalhar com o ensino médio foi a experiência obtida em um trabalho voluntário que prestei no Colégio Estadual Anna Junqueira Ayres Tourinho. Partindo das discussões levantadas nas disciplinas da UNILAB sobre as didáticas e desafios para cumprir os requerimentos da Lei 10,639/03, pude nesse trabalho observar na prática os pontos levantados nessas discussões. Apesar do esforço de alguns professores, coordenação e direção, os meios administrativos e estruturais não eram favoráveis. Devido a esta conjuntura escolhi ter como foco os alunos, que são os indivíduos que dentro da escola estão em processo de formação.

2 JUSTIFICATIVA

Considerando que, segundo Almeida e Sanchez (2017), quase toda a bibliografia produzida sobre a Lei 10.639/03 concentra-se sobre as questões em torno da capacitação de profissionais de ensino e da disponibilidade a adequação dos materiais didáticos, uma abordagem centrada na experiência de estudantes pode ajudar a compreender, a partir de outro ponto de observação, o estado atual de implantação da lei e o sucesso relativo da agenda antirracista nela implicada.

Escolhi trabalhar com alunas e alunos do ensino médio, e em particular por aqueles que cursam o último ano de sua formação básica, de modo a observar o maior acúmulo possível de informações e reflexões sobre os temas relativos à história e à cultura africana e afro-brasileira ao longo da trajetória escolar. O recorte geográfico foi definido em primeiro lugar levando em conta o acesso ao campo, tendo em vista que resido no município de São Francisco do Conde e já fui aluna no Colégio Estadual Martinho Salles Brasil. Mas é importante mencionar também que São Francisco do Conde, além de ser um dos municípios brasileiros com maior percentual de habitantes autodeclarados negros (pretos e pardos), é também o território em que, desde 2013, funciona o Campus do Malês da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, que pode ser identificada como uma política pública objetivando a implantação da Lei 10.639/03, e o avanço da agenda antirracista no Brasil de modo mais geral.

A relevância desta pesquisa aponta para a importância de avaliar o legado que vem sendo construído nestes dezesseis anos desde que a Lei nº 10.639/03 foi sancionada. Dessa forma, espera-se que, num futuro próximo, possam ser estimuladas novas pesquisas que venham a voltar sua atenção para as outras esferas que compõem as etapas deste processo de implantação e efetivação da lei no espaço específico do município de São Francisco do Conde, bem como em outras localidades.

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

- Identificar, a partir do ponto de vista do aluno, os processos de ensino-aprendizagem envolvendo temas relativos à história e à cultura afro-brasileira e africana ao longo da sua trajetória escolar.

3.2 ESPECÍFICOS

- Produzir dados que possam indicar as formas e meios pelos quais as alunas e os alunos tiveram e têm contato com os assuntos relacionados à Lei nº 10.639/03;
- Criar subsídios para a avaliação da importância dos temas relacionados à Lei nº 10.639/03 no processo de ensino-aprendizagem;
- Analisar os dados coletados à luz das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais, verificando o grau de sua aplicação;
- Identificar os obstáculos à plena implantação da Lei 10,639/03 no Colégio Estadual Martinho Salles Brasil.

4 METODOLOGIA

Tomei por escolha a pesquisa com métodos mistos (qualitativo e quantitativo), de modo a descrever as concepções das alunas e dos alunos (que conformam o universo tanto quanto o objeto desta pesquisa) sobre o estudo de história e cultura afro-brasileira e africana,

desenvolvidas ao longo de sua trajetória escolar e em particular durante os três anos do ensino médio.

Irei usar como ferramenta na obtenção dos dados iniciais o questionário, que irá conter um pequeno número de perguntas abertas, que pretendo aplicar ao número de alunos matriculados que englobe o universo desta pesquisa. Ao analisar os dados coletados pretendo identificar o perfil dos alunos, ter uma noção básica da relação com o tema, podendo identificar variáveis referentes a características extra-acadêmicas que possam vir a influenciar nesta noção (autodeclaração, étnico-racial, religião, renda, origem, local de residência, composição familiar etc.).

O questionário possibilita uma aplicação rápida e em maior escala, ou seja, alcançar um determinado número de pessoas em curto tempo. Descarta um número maior de indivíduos para aplicar e um deslocamento menor, podendo assim fazer uso de ferramentas tecnológicas, com isso reduzindo os custos monetários da pesquisa.

Após a análise dos dados obtido no questionário, farei uso das entrevistas, que terão um recorte mais específico, a ser determinado após a análise dos questionários, e a consequente identificação das variáveis que podem indicar diferentes percepções e experiências no interior do universo, esta etapa deve contar com cerca de 20 alunos no máximo. As entrevistas serão semiestruturadas, dando liberdade aos entrevistados de se aprofundar em determinadas questões conforme seus próprios interesses e as correlações entre as variáveis. Esta etapa tem como objetivo, uma descrição mais densa e detalhista dos meios didáticos usados para transmissão dos assuntos e a construção do conhecimento, que englobam o tema pesquisado.

5 CRONOGRAMA

Semestres	1º	2º	3º	4º	5º	6º
Revisão do projeto	X					
Levantamento bibliográfico e fichamentos		X				
Apresentação do projeto revisado		X				
Preparo do roteiro e construção de dados			X			
Análise dos dados coletado			X			
Análise dos dados coletado Organizar a estrutura para a monografia				X		
Elaboração e Redação do trabalho				X	X	
Revisão e redação final					X	X
Entrega da monografia						X
Defesa da monografia						X

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.21, n.41, p.5-20, jan./jun. de 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v21n41/01.pdf>>. Acesso em: 16 de março de 2019.
- ALENCAR, Leidy Anne Dos Santos. **Os caminhos da equidade: um olhar sobre os determinantes sociais da saúde da mulher no município de São Francisco do Conde-BA**. 2013. Monografia (Bacharelado em Serviço Social). Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Cachoeira, 2013.
- ALMEIDA, Marcos Antonio Bettine; SANCHEZ, Livia Pizauro. Implementação da Lei 10.639/2003 – competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. **Pro-Posições** [online], v. 28, n. 1, p. 55-80. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73072017000100055&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 15 de março de 2019.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>.). Acesso em 22 de março de 2019.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. Parecer nº 003/2004, de 10 de março de 2004.
- GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. SECAD/ MEC - Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 143-154. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf>. Acesso em: 17 de março de 2019.
- IBGE. **Histórico de São Francisco do Conde – BA**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=292920&search=bahia|sao francisco-do-conde>>. Acesso em: 15 de março de 2019.
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>.). Acesso em 22 de março de 2019.
- LIMA, Ivan Costa. As propostas pedagógicas do Movimento Negro no Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 2. 2009, São Paulo. **Anais**. São Paulo: USP, 2009. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n2/09.pdf>>. Acesso em 23 de março de 2019.
- MUNANGA, Kabengele . Apresentação In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. SECAD/ MEC - Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 15-20. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf>. Acesso em: 17 de março de 2019.

PEREIRA, Amílcar Araujo. A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”. **Cadernos de História**, v. 12, n. 17, p. 25-45, 2011. Disponível em:

<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.22378871.2011v12n17p25>>. Acesso em: 12 mar. 2019

SANTOS, Sales Augusto dos. A lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista e do movimento negro. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. *In*: **Educação para todos**. SECADI- Brasília:MEC, 2005. p .21-37. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=16224>. Acesso em: 18 de março de 2019.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Pesquisadora: Ana Carolina de Oliveira Veloso

Nome:

Sexo:

etnia/cor:

Turma:

Bairro ou Distrito onde mora:

- 1- Em qual colégio você estudou o 1º e 2º ano do ensino médio?
- 2- Possui religião ou crença? Se sim, qual?
- 3- Com quem você mora (pais, avó, avô, irmãos, tios, etc.)? Eles possuem religião? Se sim qual? (Sendo mais de uma, diga qual parente e a religião. Ex: Avó- católica.)
- 4- Quando lhe perguntam o significado de história, quais as primeiras 5 palavras que você pensa?
- 5- Quais as primeiras 5 palavras que você lembra quando pensa no significado de cultura?
- 6-Cite 5 fatos que você sabe sobre a África.
- 7- O que você sabe sobre o termo Afro-Brasileiro? Me de até 5 exemplos.
- 8- Cite até 5 exemplos do que você conhece por cultura africana.
- 9- Alguma disciplina ou projeto, no ensino médio, trata ou tratou sobre a história e cultura africana ou afro-brasileira? Se sim qual/quais? E poderia dar exemplo de como eles são aplicados (Exemplos: trabalhos, debates em sala de aula, nas atividades dos projetos da unidade, etc.).
- 10- Você tem ou teria algum assunto, relacionado ao tema de história e cultura africana e afrobrasileira, que gostaria que o colégio tratasse?